

AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA 2022

educação **BRASIL** transporte de valores
universidades privadas **EMPREGO** trabalho temporário consórcios
promotores de crédito **RENDA** marketing promocional
DESENVOLVIMENTO terceirizados
PROSPERIDADE tele-cobrança segurança
INOVAÇÃO medicina diagnóstica
saúde **ECONOMIA** correspondentes bancários
recursos humanos **CRESCIMENTO** tecnologia

SUMÁRIO

O Setor de Serviços	03
O Observatório Político do Setor de Serviços - OPS	04
O Índice de Serviços – ISe.....	05
A Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços	06
A AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA 2022	08
AMBIENTE MACROSSETORIAL	08
Eixo Tributário	08
Creditamento da Folha de Pagamentos	
CPRB	
Reforma Tributária	
PL das Garantias	
Parcelamento tributário	
Código de Defesa do Contribuinte brasileiro	
Eixo Trabalhista e Previdenciário	09
Cota para Pessoa com Deficiência e cota para Jovem Aprendiz	
Reforma Sindical	
FUNGET	
Revogação do Acidente de Trajeto	
Redução dos prazos Prescricionais Bienal e Quinquenal	
Custeamento do reclamante com um percentual da demanda	
Penhora On-Line	
Flexibilização das competências das Varas do Trabalho	
Convenção 158 da OIT	
Parcelamento de débitos trabalhistas	
Eixo Proteção de Dados e Tecnologia	10
Regulamentação LGPD	
Regulamentação da inteligência artificial no Brasil	

SUMÁRIO

AMBIENTES MICROSSETORIAIS 11

Consórcios

Correspondentes bancários e promotores de crédito

Marketing promocional

Medicina diagnóstica

Segurança e transporte de valores

Telecobrança

Trabalho temporário, terceirizado e recursos humanos

Universidades privadas

O SETOR DE SERVIÇOS

O Setor de Serviços passou a ganhar maior relevância na economia brasileira a partir da década de 1970, quando se expandiu através da terceirização de funções dos setores produtivos. O fornecimento de trabalhos complementares ao agronegócio, ao extrativismo mineral, à infraestrutura, à indústria e ao comércio foi, aos poucos, **incorporando os serviços nos produtos de todos os setores.**

Com essa expansão, **o Setor de Serviços passou a ser o que mais emprega e, por consequência, o que mais gera renda ao país,** além de se comportar como componente importante na Formação Bruta de Capital Fixo da Economia.

Segundo a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi estimado que entre 2010 e 2019 a atividade de prestação de serviços não financeiros reuniu 1,4 milhão de empresas ativas, as quais foram responsáveis por ocupar 12,8 milhões de pessoas e pagar R\$ 376,3 bilhões.

Em 2021, o Setor de Serviços do país cresceu 10,9%, na comparação com o ano anterior. Com os resultados de 2021, foram superadas as perdas de 2020, quando houve um recuo de 7,8% no Setor de Serviços. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada em fevereiro pelo IBGE.

Segundo dados do Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED), **o Setor de Serviços foi responsável por quase metade dos empregos gerados em 2021: foram 1,2 milhão de vagas,** o que representou 44,90% das vagas no ano.

RESPONSÁVEL POR
1,2 MILHÃO
DOS EMPREGOS
GERADOS EM 2021

A heterogeneidade de segmentos e contemplação de empresas de diferentes portes fez com que, historicamente, o Setor de Serviços permeasse dificuldades em construir espaços de diálogo e de representação estratégica unificada. Com esse intuito, em 2019, foi lançada a Frente Parlamentar do Setor de Serviços, hoje **Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços (FPS).**



O OBSERVATÓRIO DO SETOR DE SERVIÇOS

O **Observatório Político do Setor de Serviços (OPS)** é uma **Associação Nacional que representa os segmentos que apoiam a FPS**, e busca representá-los perante os ambientes institucionais e governamentais. O Observatório também se constitui como um espaço para debates, construção de ideias e defesa de interesses do Setor de Serviços, com atuação nos segmentos de consórcios, correspondentes bancários e promotores de crédito, marketing promocional, medicina diagnóstica, segurança e transporte de valores, telecobrança, trabalho temporário, terceirizado e recursos humanos, e universidades privadas.

O papel do Observatório é auxiliar a gestão da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços (FPS), através de uma interação contínua com sua Secretaria Executiva e com manifestação das demandas dos segmentos do Setor de Serviços, fornecendo subsídios técnicos, proposições legislativas, promoção de eventos, bem como, de representar as Entidades associadas perante os órgãos constituídos.

ASSOCIADAS



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFISSIONAIS E EMPRESAS
PROMOTORAS DE CRÉDITO E
CORRESPONDENTES NO PAÍS



O ÍNDICE DE SERVIÇOS

O Índice de Serviços (ISE) foi criado por iniciativa do Observatório Político do Setor de Serviços (OPS) com o **objetivo de medir o desempenho das atividades do Setor de Serviços e identificar sua capacidade de contribuir para a promoção do crescimento econômico**. A ideia surgiu pela necessidade em obter dados específicos e atualizados sobre o Setor.

Durante sua construção, foi observado que existe um conjunto muito limitado de informações e pesquisas específicas sobre o Setor de Serviços no Brasil, sendo que a maior parte destes dados apresenta um grau de abertura ou periodicidade de divulgação que impede, ou pelo menos cria dificuldades, na sua utilização como componente do indicador que se pretende calcular.

O Índice é composto por dois conjuntos de dados: o primeiro é pelo índice de variação da receita nominal e do volume de serviços, por atividades de serviço e suas subdivisões; o segundo é composto pelas informações relacionadas ao mercado de trabalho formal, representado pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), sob a responsabilidade da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.

O ISe foi oficialmente lançado em junho de 2021, em um evento promovido pela Frente Parlamentar do Setor de Serviços. Participaram do evento representantes das entidades do Setor de Serviços, assim como parlamentares e representantes do Governo Federal, como o ministro da Economia, Paulo Guedes.



A FRENTE PARLAMENTAR DO SETOR DE SERVIÇOS

A Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços (FPS) é um espaço institucional e constituído legalmente para debate e elaboração de estratégias nos ambientes macro e micro setoriais que impactam este importante setor da economia nacional.

Em razão da sua heterogeneidade, reconhecemos que **há uma carência na construção de soluções institucionais para grande parcela das atividades do Setor de Serviços** e tampouco há referências legais ou normativas que estabeleçam um quadro regulatório a respeito. Desta forma, a FPS embasa propostas de ação que suprem essa vacância, contemplando as dimensões financeiras, sociais e regulatórias, construindo sua voz.

Constituída em 2019, sob requerimento do seu presidente, o deputado federal Laércio Oliveira (PP/SE), a FPS é composta por 212 deputados membros, somados aos 5 senadores que aderiram à Frente no começo de 2022, fazendo com que ela se tornasse, assim, uma Frente Parlamentar Mista.

ESTRUTURA

Para fomentar um espaço de debates e construção de propostas altamente qualificadas, a FPS se divide em Grupos de Trabalho (GT) que albergam os interesses macro setoriais do Setor de Serviços, constituídos em três eixos:

1) Tributário

2) Trabalhista e Previdenciário

3) Proteção de Dados e Tecnologia

Uma exceção na composição dos grupos de trabalhos é o GT Índice de Serviços (GTISE) - grupo exclusivamente técnico e constituído para a criação do Índice de Serviços. Em 2021, o GTISE concretizou todas as suas metas e, agora, propõe-se a monitorar e atualizar constantemente os dados sobre o Setor de Serviços, além de produzir análises econômicas sobre eles.

Além dos grupos de trabalho sobre temas macro setoriais de interesse do Setor de Serviços, a Frente Parlamentar é fomentada pelas demandas dos ambientes micro setoriais que o Observatório Político do Setor de Serviços (OPS) apresenta à Secretaria Executiva da FPS. Essas demandas são manifestadas pelas entidades associadas ao OPS.

COORDENAÇÃO

Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços



Dep. Laércio Oliveira
Presidente

Hélzio Mascarenhas
Secretário executivo



Dep. Luiz Carlos Motta
Coordenador do GT Tributário

Coordenador técnico: Eduardo Muniz

Coordenador técnico adjunto: Armando Monteiro Bisneto



Dep. Augusto Coutinho
Coordenador do GT Trabalhista e Previdenciário

Coordenadora técnica: Ariane Guimarães

Coordenadora técnica adjunta: Vilma Kutomi



Dep. Júlio Lopes
Coordenador do GT Proteção de Dados e Tecnologia

Coordenador técnico: Fabrício Mota

A AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA 2022

AMBIENTE MACROSSETORIAL

EIXO TRIBUTÁRIO

CREDITAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTOS

Proposta alternativa apresentada pela FPS para inclusão na PEC 110, que possibilita o creditamento da folha de pagamentos como um insumo, assim como acontece em outros setores, onde os insumos geram créditos para abatimento.

CPRB

Ampliação da incidência desta alternativa previdenciária a todos os segmentos, especialmente aos do Setor de Serviços, responsável por boa parte dos empregos no país.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Não aumento da carga tributária ao Setor de Serviços e isonomia de tratamento, considerando que o insumo do Setor é a mão de obra e que não há geração de créditos para compensações.

PL DAS GARANTIAS

Pela aprovação do PL 4188/2021 (Marco Legal das Garantias), que facilitará o acesso ao crédito, principalmente para as pequenas e médias empresas. O PL está em apreciação pela Câmara dos Deputados.

PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

Diversas propostas tramitam com o intuito de reabrir o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) da Receita Federal. Com mais notoriedade, tramita o PL 4728/2021, do sen. Rodrigo Pacheco, que aguarda a apreciação da Câmara dos Deputados. Visando a celeridade na aprovação e, em virtude da urgência do assunto, defendemos a aprovação do texto da mesma forma em que foi enviado pelo Senado Federal.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE BRASILEIRO

Pela aprovação do PL 2557/2011, que Institui o Código de Defesa do Contribuinte brasileiro, fundamentado nos princípios constitucionais de respeito à função social das normas tributárias e à dignidade humana, para proteção dos direitos dos contribuintes brasileiros.

A AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA

2022

EIXO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

COTA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E COTA PARA JOVEM APRENDIZ

Em todas as iniciativas de regulamentação da matéria, defendemos ser primordial observar as características inerentes ao Setor de Serviços, quando não há possibilidade para alocação de cotas em atividades com alta periculosidade, alta capacitação técnica, sem condições de aprendizagem ou com prestação de serviços nas instalações de clientes. É igualmente necessário observar a base de cálculo para quantificar as cotas, considerando somente os setores administrativos e excluindo do cálculo aquelas atividades em que não poderiam ser realizadas por pessoa com deficiência ou aprendiz.

REFORMA SINDICAL

Pelo fortalecimento das convenções coletivas em detrimento do acordo coletivo. O acordo coletivo tem de ter a anuência dos sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores. Pela valorização do acordado em detrimento do legislado, conforme consta na Lei 13.467/2017, mas sub judice no Supremo Tribunal Federal (STF).

FUNGET

Pela instituição do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget), a ser constituído principalmente pelo valor de multas de condenações trabalhistas e administrativas impostas pela fiscalização do trabalho e dos depósitos recursais. A criação do Funget está prevista no Art. 3 da Emenda Constitucional 45 e já é alvo de uma ação no STF que questiona a demora do Congresso Nacional em instituir o fundo.

REVOGAÇÃO DO ACIDENTE DE TRAJETO

Pela revogação da alínea “d”, do inciso IV do caput do Art. 21 da Lei 8.213 de 1991 (que trata sobre o Acidente de Trajeto), para prever que o Acidente de Trajeto não será caracterizado como acidente de Trabalho, conforme previsto anteriormente na MP do Contrato Verde e Amarelo.

REDUÇÃO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS BIENAL E QUINQUENAL

Pela redução dos prazos prescricionais bienal e quinquenal, previstos na CLT e na CF, por serem prejudiciais aos empregadores e inviabilizar a defesa. Sugerimos a redução do prazo prescricional quinquenal de 05 anos para 02 anos e a prescrição bienal de 02 anos para 06 meses.

A AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA

2022

CUSTEAMENTO DO RECLAMANTE COM UM PERCENTUAL DA DEMANDA

Em caso de não comprovação dos fatos alegados, defende-se a possibilidade de o reclamante arcar com um percentual da demanda gerada.

PENHORA ON-LINE

Pela suspensão ou limitação do percentual de penhora dos faturamentos das empresas, que por muitas vezes inviabilizam o próprio funcionamento dela. O objetivo está em linha com o disposto no PL 3083/2019 e no PL 4002/2020.

FLEXIBILIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DAS VARAS DO TRABALHO

Trabalhadores possuem a possibilidade de ingressarem com demandas trabalhistas em comarcas diversas da competente, prejudicando e onerando as empresas. Defendemos a extinção da flexibilidade das competências das Varas do Trabalho.

CONVENÇÃO 158 DA OIT

Em linha com o Ato Presidencial que denunciou a Convenção 158, em 20/12/1996, por entender que a proibição da demissão sem causa, conforme previsto na Convenção, não se enquadraria com a Constituição Federal, defendemos a continuidade da decisão e a improcedência da ADI 1625/1997, que busca revalidar o texto.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Em face das dificuldades das empresas, especialmente com o período da pandemia da Covid-19, defendemos alternativas que possibilitem os parcelamentos de débitos trabalhistas em trâmite perante a Justiça do Trabalho. O tema está em linha com o PL 2863/2020, de autoria do presidente da FPS, dep. Laércio Oliveira.

PROTEÇÃO DE DADOS E TECNOLOGIA

REGULAMENTAÇÃO LGPD

Em todas as iniciativas de regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), se torna essencial observar as características do Setor de Serviços, sendo ele o maior responsável por lidar com dados pessoais.

REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Inserção das contribuições dos segmentos do Setor de Serviços, principalmente daqueles que usam intensivamente tecnologia e inteligência artificial.

A AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA 2022

AMBIENTES MICROSSETORIAIS

CONSÓRCIOS

PL 2659/2020 - Permite que durante a pandemia da Covid-19 o desistente ou excluído do consórcio possa reaver quantias pagas. (Apensado: PL 2.886/2020)

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CDC - Câmara dos Deputados

PL 1047/2021 - Obriga as administradoras de grupos de consórcios a informar os consumidores acerca das diferentes destinações dos valores das prestações por eles devidas.

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CDC - Câmara dos Deputados

MP 1085/2021 - Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP

Casa de origem: Poder Executivo

Em tramitação: PLEN - Senado Federal

CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E PROMOTORES DE CRÉDITO

MP 1106/2020 - Aumenta a margem de empréstimos consignados

Origem: Poder Executivo

Em tramitação: Comissão Mista do Congresso Nacional

PL 236/2018 - Veda retenção de salários para quitação de empréstimos

Casa de origem: Senado Federal

Em tramitação: CAS - Senado Federal

PL 4367/2021 - Prorroga o acréscimo do percentual para empréstimos consignados

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CSSF - Câmara dos Deputados

PL 4420/2021 - Delimita valor impenhorável oriundo de empréstimos consignados

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CCJC - Câmara dos Deputados

A AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA 2022

MARKETING PROMOCIONAL

Aperfeiçoamento do art. 457 da CLT, para permitir premiação a terceiros

Alteração no artigo 28 da Lei 8.212/91, para não permitir a incidência previdenciária sobre prêmios pagos a terceiros

MP 1116/2022 - Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens. Pela previsão de que prêmios possam ser previamente ajustados entre empregado e empregador.

Origem: Poder Executivo

Em tramitação: Comissão Mista do Congresso Nacional

MEDICINA DIAGNÓSTICA

PL 1998/20 e PL 4223/21 - Autoriza e define a prática da telemedicina no país

Casas de origem: Câmara dos Deputados e Senado Federal, respectivamente

Tramitação: CAS - Senado Federal

PL 7419/2006 - Cria o Marco Regulatório da Saúde Suplementar

Casa de origem: Senado Federal

Em tramitação: CESP - Câmara dos Deputados

PLP 205/2021- Inclusão do setor de saúde na Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta- CPRB.

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CSSF - Câmara dos Deputados

SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES

PL 5563/2019 - Critérios e regras sobre o estacionamento de carros-fortes

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CCJC - Câmara dos Deputados

PL 7042/2017 - Regras trabalhistas relacionadas aos empregados (vigilantes) de transportadoras de valores e segurança privada

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CCJC - Câmara dos Deputados

PL 3723/2019 - Modificações no Estatuto do desarmamento

Origem: Poder Executivo

Em tramitação: Senado Federal

A AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA 2022

TELECOBRANÇA

PL 3221/2021 – Limita a quantidade de ligações ao consumidor inadimplente

Casa de origem: Senado Federal

Em tramitação: CTFC - Senado Federal

PLS 447/2016 - Regulamenta o exercício da profissão de operador de telemarketing

Casa de origem: Senado Federal

Em tramitação: CAS - Senado Federal

PL 9615/2018 – Altera dispositivos sobre ligações telefônicas ao consumidor

Casa de origem: Senado Federal

Em tramitação: PLEN - Câmara dos Deputados

PL 310/2022 – Proíbe contato das operadoras de telemarketing sem autorização expressa

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CCTCI - Câmara dos Deputados

TRABALHO TEMPORÁRIO, TERCEIRIZADO E RECURSOS HUMANOS

Não Aplicabilidade da Garantia Provisória do Emprego ao Contrato de Trabalho Temporário

PL 2357/2021 – Corrige o entendimento errôneo da RFB sobre a nota fiscal de trabalhos temporários

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CTASP - Câmara dos Deputados

PLP 100/2021 – Corrige entendimentos errôneos de fiscais municipais acerca da cobrança de imposto sobre serviços.

Casa de origem: Câmara dos Deputados

Em tramitação: CCJC - Câmara dos Deputados

A AGENDA PRIORITÁRIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA 2022

UNIVERSIDADES PRIVADAS

MP 1090/2021 - Renegociação de dívidas do FIES

Origem: Poder Executivo

Em tramitação: PLEN - Câmara dos Deputados

MP 1075/2021 - Ampliação do acesso de estudantes às bolsas de estudo do Prouni

Origem: Poder Executivo

Em tramitação: Presidência da República (sanção ou veto)

**SERVIÇOS É EMPREGO,
EMPREGO É RENDA,
RENDA É DESENVOLVIMENTO.**

FALE CONOSCO!



(61) 99248-2188



contato@fpdeservicos.org.br



/company/fpdeservicos



@fpdeservicos



Observatório
Político
do Setor
de Serviços